



Histórias de Subsistência e Histórias de Trabalho em uma Comunidade Quilombola de Belo Horizonte

Autoria

Elisângela de Jesus Furtado da Silva - elisangelafurtado23@gmail.com
Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin – CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

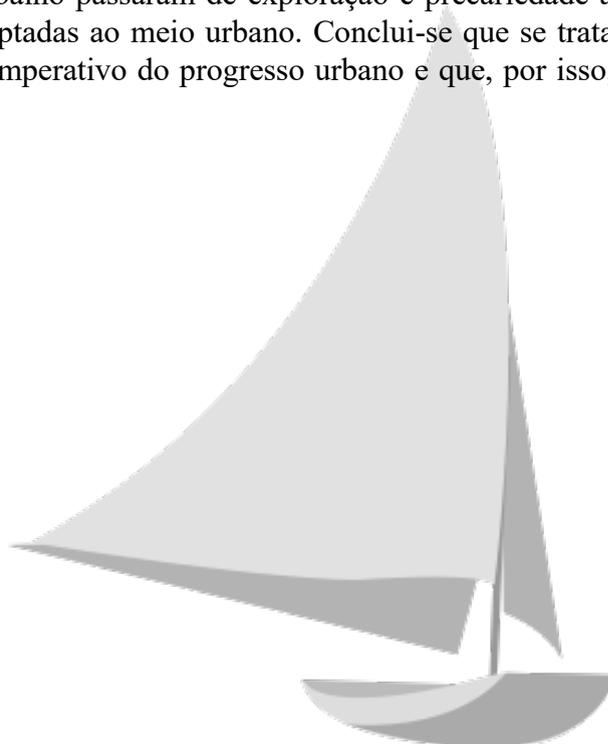
Luiz Alex Silva Saraiva - saraiva@face.ufmg.br
CEPEAD/UFMG

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a bolsa de mestrado que permitiu a realização da pesquisa que originou este trabalho.

Resumo

O objetivo nesse artigo é identificar que histórias de subsistência e trabalho podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da Comunidade Quilombola Luizes, o que se justifica tanto pelo escasso debate sobre a dinâmica organizativa em comunidades quilombolas urbanas, quanto pelo protagonismo feminino nesses grupos. Foi feita uma pesquisa baseada no método indutivo por meio de entrevistas não estruturadas com anciãs visando recuperar suas memórias a respeito de histórias de subsistência e de trabalho. Os principais resultados sugerem que as histórias de subsistência, de um cotidiano agrícola, passaram a incorporar a comercialização da terra por meio de venda de partes da propriedade e do aluguel de imóveis. As histórias de trabalho passaram de exploração e precariedade a um espectro diversificado de atividades, adaptadas ao meio urbano. Conclui-se que se trata de histórias marginais, confrontadas com o imperativo do progresso urbano e que, por isso, precisam resistir.





Histórias de Subsistência e Histórias de Trabalho em uma Comunidade Quilombola de Belo Horizonte

Resumo

O objetivo nesse artigo é identificar que histórias de subsistência e trabalho podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da Comunidade Quilombola Luizes, o que se justifica tanto pelo escasso debate sobre a dinâmica organizativa em comunidades quilombolas urbanas, quanto pelo protagonismo feminino nesses grupos. Foi feita uma pesquisa baseada no método indutivo por meio de entrevistas não estruturadas com anciãs visando recuperar suas memórias a respeito de histórias de subsistência e de trabalho. Os principais resultados sugerem que as histórias de subsistência, de um cotidiano agrícola, passaram a incorporar a comercialização da terra por meio de venda de partes da propriedade e do aluguel de imóveis. As histórias de trabalho passaram de exploração e precariedade a um espectro diversificado de atividades, adaptadas ao meio urbano. Conclui-se que se trata de histórias marginais, confrontadas com o imperativo do progresso urbano e que, por isso, precisam resistir.

Palavras-chave: Trabalho. Subsistência. Comunidade Quilombola. Cidades. Belo Horizonte.

Introdução

Embora muitos acreditem que antes da fundação de Belo Horizonte nada havia na região, as histórias e memórias de alguns grupos desmentem tal perspectiva, tendo a cidade não apenas ocupado um lugar habitado, mas também trazido desdobramentos para as comunidades já existentes, em particular sobre suas formas de viver e trabalhar, como no caso da Comunidade Quilombola Luizes, na região oeste da capital mineira. Sendo a comunidade anterior a Belo Horizonte, as famílias que ali viviam acompanharam drásticas e rápidas mudanças, principalmente após 1970. À medida que a cidade se desenvolvia, a área ocupada pela comunidade encolhia. O contexto comunitário rural se viu ameaçado, cercado por um ambiente crescentemente urbano, o que levou as pessoas da comunidade a procurarem se adaptar, desenvolvendo novas formas de subsistência e trabalho. O objetivo nesse artigo é identificar que histórias de subsistência e trabalho podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da Comunidade Luizes, o que se justifica tanto em virtude do escasso debate em torno da dinâmica organizativa em comunidades quilombolas em ambientes urbanos quanto pelo protagonismo feminino nesses grupos.

De acordo com Sahasranaman e Jensen (2018), que observaram grupos sociais a partir das nuances raça e renda, a cidade é muito mais que somente uma localização geográfica, sendo permeada por práticas organizativas ligadas a disputas e que podem produzir reflexos distintos, como a segregação. A ONU (2017) prevê expressivo aumento populacional nos centros urbanos, sendo que somente na América Latina e Caribe a projeção é de 20,75% de aumento até 2050, principalmente nas áreas urbanas. Para os autores, pesquisar os grupos sociais a partir da dinâmica das cidades é importante em função de o crescimento populacional ter sido acompanhado de elevação da desigualdade e segregação social.

Isso reforça a relevância de um estudo sobre uma comunidade quilombola urbana, dado que se trata de um grupo social que enfrenta diversos problemas ligados às dimensões da raça, classe social e gênero. Suas práticas sociais e organizativas podem ser apreendidas, pelo



menos em parte, ao se tentar compreender como essas pessoas vivem e trabalham em uma grande cidade como Belo Horizonte.

Comunidades quilombolas e sua dinâmica organizacional

Quilombo, kilombo, palenques, mocambo, comunidade quilombola, aquilombados... Os termos são vários e já denotam um grupo social marcado pela fluidez de sentidos e significados ao longo do tempo. A palavra quilombo tem sua origem no termo quimbundo, do idioma Banto e significa “união, aldeia/acampamento guerreiro na floresta, composto de vários *kraals*” (Sommer, 2005, p. 36). A associação com o termo originalmente africano ocorreu em função da similaridade das moradias feitas no Brasil. O termo quilombo é usado de forma datada para evidenciar grupos sociais existentes no Brasil no período colonial e escravagista. Nesse sentido, comunidade quilombola na atualidade é entendida como uma organização social que possui elementos dos antigos quilombos, mas não se confundem com esses, por se tratar de fenômenos em épocas, contextos e conflitos distintos, importantes para compreendê-los em suas temporalidades e sociedades específicas.

Como a oposição ao sistema reuniu outros grupos sociais oprimidos, os quilombos desenvolveram uma rede sofisticada de cooperação e organização. De acordo com Moura (1987), além de os quilombos serem formados por uma diversidade de grupos, também mantinham relações com outros grupos, o que lhes proporcionava acesso a alimentos, roupas, material bélico, o que lhes inseria na dinâmica social e econômica. Algumas comunidades mantinham alianças com pequenos comerciantes, fazendeiros, contrabandistas de metais preciosos, e outros quilombos, por exemplo (Reis, 2007). Com isso as comunidades geravam tanto o recurso necessário para o grupo, quanto estabeleciam uma rede local de interesses comuns, como políticos, econômicos, e ligados à segurança. Sobreviver estava diretamente relacionado à capacidade de interação das pessoas das comunidades com os demais grupos, o que revela parte da dimensão organizativa ali presente (Reis, 2007).

No que se refere à subsistência, o traço mais marcante evidenciado por diversos autores foi o campesinato no meio rural (Gomes, 2015), mas essa não resumia a possibilidade de organização desses grupos sociais. Freitas (1984), estudioso do Quilombo dos Palmares, identificou sete tipos de organização social e econômica em quilombos, referindo-se a agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, serviços e os predatórios. A sociabilidade observada em quilombos tinha como traço preponderante o comunitarismo (Schmidt & Araujo, 2012; Moura, 1987; Motta, 1980), manifesto na propriedade coletivizada e cooperativismo. A divisão do trabalho ocorria tanto nas atividades de subsistência, quanto nas de segurança. Especificamente no que se refere a Palmares, quilombo que por sua dimensão e importância, a organização social, política e até judicial, diferiu de quilombos menores. Zumbi foi rei em Palmares, mas havia chefes de mocambos que respondiam administrativamente por áreas menores.

Misoczky (2010, p. 27), ao considerar que “organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento”, contribui para esta discussão ao reforçar que a prática organizativa não é sinônima de prática gerencial ao mesmo tempo em que revela a artificialidade e o reducionismo presente no ideal de organizações ordenadas e funcionais. A cooperação percebida nos grupos sociais pressupõe práticas organizativas e, dessa forma, podem ser consideradas organizações. Para ela, estudar as práticas não-gerenciais possibilitou perceber a dinâmica das organizações, marcada por instabilidade e antagonismos, elementos que geralmente são negligenciados em um ideal funcional.

Como de acordo registros do Conselho Ultramarino (Moura, 1987) a história dos quilombos no país remonta há mais de 400 anos, mesmo com sua criminalização, perseguição, prisões e mortes durante o período colonial, na atualidade ainda existem



comunidades remanescentes dessa organização social. O desenvolvimento desses grupos sociais, sua expansão e a construção simbólica reforçam que se trata de grupos sociais cuja análise do ponto de vista organizacional é não apenas possível quanto desejável.

Metodologia

A realização deste estudo se fundamentou na ontologia nominalista, viabilizada por meio do método indutivo, tendo sido a pesquisa qualitativa pertinente para compreender fenômenos sociais em profundidade. A construção dos dados ocorreu por meio de história oral (Thompson, 1992) especificamente lastreada em relatos orais, uma das possibilidades de pesquisa narrativa (Saraiva, 2007). Ao falar da entrevista enquanto instrumento privilegiado para apreender e explicar a realidade de pessoas, Poupart *et al.* (2012, p. 220) afirmam que seu uso na pesquisa de grupos minoritários e marginalizados confere potência à denúncia de questões e conflitos vividos pelos grupos, visão compartilhada por Wodak (2001a). As entrevistas, realizadas na Comunidade Luizes em dias pré-agendados com as participantes, tendo sido gravadas e posteriormente transcritas, tiveram uma abordagem não estruturada. Inicialmente apenas foram definidos quatro temas: i) infância, ii) trabalho, iii) comunidade e iv) sociedade, que constituíram pontos de partida para os relatos das participantes: cada entrevista foi iniciada com a explicação de qual seria o tema e as participantes tiveram ampla liberdade de expressão.

A escolha dos sujeitos da pesquisa decorre da análise do pesquisador ao ter em mente o argumento do estudo (Thompson, 1992). Para Bosi (2016), é possível encontrar histórias sociais bem desenvolvidas a partir das lembranças e das memórias de pessoas idosas. Na comunidade quilombola Luizes, há algumas mulheres consideradas referências políticas e culturais e que se autodenominam matriarcas. Trata-se de senhoras, já anciãs e que, por isso, possuem um vasto repertório experiencial. Neste trabalho, as participantes da pesquisa foram ficticiamente nomeadas como Zilda e Francisca, membros da comunidade quilombola Luizes. Esta comunidade se localiza no bairro Grajaú, região oeste de Belo Horizonte, antes da fundação da cidade, ocorrida em 1897. A justificativa para a escolha desse grupo se deve a ele ser um caso polar, já que, considerando as três comunidades quilombolas existentes em Belo Horizonte, esta se encontra em situação mais delicada em termos de invasão territorial, violência e invisibilização.

O tratamento do *corpus* desta pesquisa está embasado na Análise Crítica Histórico Discursiva (Wodak, 2001a; 2001b). Para Wodak (2001a), a importância da construção da análise está na transparência com que as escolhas são realizadas. Sendo a linguagem uma prática social (Fairclough, 2012; Fairclough & Wodak, 1997) materializada tanto por meio da escrita quanto da fala, ela reflete discursos, entendidos como uma maneira particular de produção e de reprodução de significados. A partir das histórias e memórias das entrevistadas, foram selecionados trechos das transcrições que remetem a diversas histórias sobre a comunidade, entre as quais histórias de subsistência e histórias de trabalho. Os trechos selecionados foram relacionados a textos oriundos de subtópicos, que por sua vez se vinculam a macrotópicos. Os textos são produtos da ação linguística produzida pelas pessoas e, para Wodak (2001a), eles dizem respeito tanto à escrita quanto à fala. Neles estão impressas formas e usos da linguagem que apresentam certa estabilidade na atividade social. Após a identificação dos macrotópicos, dos subtópicos e dos textos e das relações intertextuais e interdiscursivas perceptíveis, o objetivo da análise foi identificar as estratégias discursivas usadas como formas de persuasão, tendo sido adotadas as apontadas por Wodak (2001a): estratégias de perspectivação, autorrepresentação, mitigação, intensificação, argumentação, nomeação e predicação, conforme pode ser visto nas duas próximas seções.



Histórias de subsistência

Como já dito, as comunidades quilombolas possuem aspectos em comum, sendo o mais recorrente na literatura a subsistência por meio do desenvolvimento de diversas atividades sociais e econômicas (Reis, 2007; Moura, 1987; Freitas, 1984). No passado, a subsistência da Comunidade Luizes se baseava no desenvolvimento de atividades agrícolas. Com os recursos existentes à época, a comunidade conseguia suprir a maior parte das suas necessidades, sendo o excedente era comercializado e transformado em recursos, como descreve Moura (1987). Mesmo não tendo acesso a tudo que desejavam, a terra fornecia o suficiente para a subsistência das pessoas da comunidade, o que foi descrito por Gomes (2015) sobre organizações quilombolas campestres no meio rural. As memórias demonstram a anterioridade do modo de vida da comunidade em relação à urbanização do bairro Grajaú e de Belo Horizonte. Francisca e Zilda descrevem o bairro com uma paisagem rural, em que as escassas casas dividiam espaço com o córrego e as plantações, sendo a atividade agrícola uma das várias formas possíveis de prover o sustento.

O córrego Piteiras, segundo Zilda, foi construído por seus antepassados para irrigar a propriedade. Na região próxima estava localizado o leito do Rio Arrudas, e os moradores na época teriam criado um desvio. Atualmente esse córrego foi canalizado sob três vias: Silva Lobo, Barão Homem de Melo e Francisco Sá. O córrego foi um elemento importante para a subsistência da comunidade. Além do cultivo e da criação de animais, que garantiam o sustento, as memórias de Francisca expressas no fragmento 1 demonstram que a comunidade era essencialmente rural.

[1] [...] Na época do meu pai, da minha avó, eu vendi muita verdura com vovó lá pra Cidade Jardim, saía de balaio e tudo e vendia... Na época do papai e dos meus tios, eles tinham essa regalia, era... Tinham, era o tempo das vacas gordas né, porque tinham porco, chiqueiro, com pouca... Muita galinha, muita coisa, **comia o que tinha no quilombo**. Nós não. Aqui, a única coisa que eu vivi foi, que eu nasci aqui, foi que aqui atrás da casa era um barracão ali, a gente criava galinha e criava porco. Então, a gente nunca... Eu vivi na época das vacas gordas (risos) [...] Por exemplo, lá na, no Cipó, eles tem na porta da... Do quilombo deles, eles vendem muita coisa que eles criam, é horta, é tudo, mas da roça, todo mundo tem só hortinha, então eles tem mais dificuldade do que a gente, porque a gente era urbano, a gente vendia as coisas da gente na cidade a fora, e na Cidade Jardim, então, a gente vivia... As minhas tias viviam disso. Agora ali, todo mundo ali, criou os filhos dela sendo diarista, né?![...] Os Amaros tinham a casa de farinha, **eles tinham a plantação deles todinhas**, eles viviam da sua própria subsistência. Aqui, não O quilombo urbano, ele perde muito pelo quilombo rural. (Francisca)

Para Francisca, suas lembranças e memórias de um passado sob o modo de vida rural representam uma boa fase. A estratégia perspectivação (Wodak, 2001a) ocorre por ela considerar que a “época do papai e dos meus tios” foi marcada por fartura, já que a maior parte das necessidades do grupo era suprida pelo que produziam, em oposição aos tempos atuais, já que os contemporâneos dela não viveram a mesma experiência, sendo que a alternativa foi o trabalho doméstico, presente no fragmento 1. A agricultura tanto era capaz de atender às necessidades do grupo, como também às dos moradores circunvizinhos. Isso sugere a existência de uma economia local e remete aos vínculos criados com outros grupos sociais, presente no fragmento 2 e discutido por Silva (2017) ao revelar as interações criadas pelas comunidades quilombolas. Sobre isso Francisca acrescenta:

[2] Muitos moradores que eram casinhas, casebres do lado de lá, do lado de cá, porque eram coisas que trabalhavam na fazenda [Piteiras, como a comunidade era chamada anteriormente]. (Francisca)



Os elementos “casinhas” e “casebres” das memórias de Zilda revelam um modo de vida de subsistência de trabalhadores rurais, que “trabalhavam na fazenda”. Ao falar de si e do tempo distante evocado em suas memórias, Zilda termina por evidenciar a importância das atividades desenvolvidas na comunidade para o próprio grupo e para os locais:

[3] O nosso, por exemplo, o que pra você ver, a minha... A minha família, por exemplo, todas criaram os filhos sendo empregada doméstica. Ganhava... O que ganhava hoje, já passava no supermercado, porque, a comida nossa é comprada, que nós não temos, porque acabou... Meu avô, minha avó, viviam da subsistência deles, porque tinha plantação de... De hortaliças, de verduras, tinha feijão, arroz, é... Muita banana, manga é... Abacaxi, laranja, então, vivia... Café... (Zilda)

A urbanização crescente da região mudou radicalmente o modo de viver da comunidade, agravando a condição de pobreza, já que não havia mais possibilidade da subsistência pela agricultura. Se antes vivia da terra, a comunidade passou a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência. Uma delas é vender partes da comunidade, tendo isso acontecido no passado. Por ser uma comunidade que compartilha o território coletivamente (Schmidt & Araujo, 2012; Moura, 1987; Motta, 1980), as condições de negociação e venda ocorreram sem o conhecimento e concordância dos demais, o que se desdobrou em conflitos.

[4] Uma vez vieram aqui, a casa que era da minha tia ali, veio um cidadão pra topografar. Aí eu falei assim, o senhor não vai topografar nada aqui não. "ah eu vou topografar, porque isso aqui foi vendido e o comprador mandou topografar aqui. [...] Aí ele foi embora, voltou no outro dia com o advogado, entendeu? Aí ele falou assim "meu constituinte comprou, comprou esse espaço aí tem que topografar. Eu falei assim, o senhor não vai topografar. O senhor comprou de quem? Comprei da dona Felícia, dona Felícia é minha tia, morava aí. Eu falei assim então o senhor vai procurar minha tia Felícia pra ressarcir o seu dinheiro, porque aqui o senhor não vai topografar nada. Aí chamei essa minha prima lá... Falei assim, vem aqui que tem uma pendência aqui, eu já dei meu parecer aqui, mas vem aqui pra você fechar. Aí ela veio conversou com esse advogado, ele disse assim: "ela me deu uma aula de direito!" [...] Esse outro prédio que tá pronto ali, [...] Lá eles tinham uma barraca, capoeira, artesanato no lote. Chegou um cara com polícia, cachorro, advogado, não sei o que, derrubou a barraca, e construíram um prédio lá. E o procurador geral da justiça mora na cobertura. Por aí você vê, como a lei, cobre os bandidos entendeu. Morava na cobertura, o que era procurador da justiça. Então a gente perdeu. (Zilda).

[5] Diz a Francisca, sabe a Plurimed? Dizem que os filhos dele [tio de Zilda] é que venderam aquilo ali muitos anos atrás... Vendeu pra Plurimed ali, agora é claro, que se a gente correr atrás, a gente tem o direito de reaver... Não o prédio, mas o valor né. (Zilda)

As terras de uma comunidade quilombola são utilizadas de forma coletiva (Fiabani, 2008). Para o autor, a posse coletiva impede em parte a fragmentação da propriedade e que ela desapareça por completo. Contudo, há visões distintas a respeito da posse coletiva. Nos fragmentos 4 e 5, Zilda relembra episódios envolvendo a negociação de imóveis da comunidade. A propriedade coletiva da terra cria um dilema no qual os “elos mais fracos” se submetem às pressões do capital, em detrimento das necessidades da comunidade quilombola. A necessidade em face do fim das atividades agrícolas levou a que alguns membros negociassem partes da propriedade, muitas vezes em condições desfavoráveis. Várias organizações de renome, como hospital, faculdade e até um banco, localizados no bairro Grajaú, foram construídos na área da comunidade, como descreve Zilda no fragmento 5.

Outra fonte de subsistência é o aluguel. Alguns moradores construíram casas na comunidade, aproveitando espaços não ocupados. Outros fizeram lojas na Avenida Silva



Lobo. Tanto a locação de imóvel voltada à moradia, quanto a voltada para fins comerciais são muito valorizadas. Contudo, o dilema das atividades realizadas a partir de uma comunidade quilombola é uma questão tratada por Zilda no fragmento 6.

[6] Aqui não deveria ter aluguel. No meu entender e de outras pessoas também, aqui é uma comunidade quilombola... Então morar só pessoas do quilombo [...]. Eu vou fazer daqui uma república. Tem alunos ali na Albert Einstein que eles pagam 500 reais só para dormir, então eu vou fazer república dessa casa. [...] Vou fazer aqui que é aonde eu vou ter dinheiro pra mim sobreviver. (Zilda)

A questão é controversa, pois na comunidade há pessoas que consideram ser legítimo e de direito o uso para locação, enquanto outras percebem que explorar esse tipo de imóvel tem causado mudanças negativas na comunidade. A partir da perspectivação (Wodak, 2001a), Zilda acredita não ser correto tal uso, embora contraditoriamente pretenda fazer de sua residência uma república para estudantes. Para Wodak (2001a), lutas, contradições são traços marcantes do mundo moderno e das sociedades ocidentais e, dessa forma, não é possível conceber grupo social homogêneo. A autora acredita que, esses fatores manifestos em diferentes ideologias, fragmentações e múltiplas identidades podem ser a chave para as questões impostas pela economia e ideologia neoliberal.

O fragmento 6 contém dois cenários: o ideal e o real para a comunidade quilombola. No ideal, os moradores deveriam ser somente quilombolas. Porém no cenário real, em face da necessidade de sobrevivência, o espaço é monetarizado. Os dilemas que os sujeitos reproduzem dizem respeito a uma prática social moldada pela contradição, como é possível perceber na situação descrita. O contexto no qual Zilda está imersa apresenta a exploração capitalista do déficit populacional, manifesto na interdiscursividade entre os cenários por ela descritos: um de resistência, e outro de submissão ao sistema que oprime a comunidade.

Histórias de trabalho

O fim das atividades agrícolas também marcou o surgimento de novas formas de trabalho, que alteraram a forma de vida anterior.

[7] [...] Eu e minha irmãs, os mais velhos, **começamos a trabalhar muito cedo**, a gente **trabalhou de doméstica**, foi com sete anos a gente já estava na casa dos outros trabalhando. Eu fiquei lá até 13 anos, eu fiquei até 13, minha irmã um pouquinho mais... E minha outra irmã saiu antes. A gente trabalhava com a mesma família. [...] Então a gente sofreu muito, muito mesmo. Meu pai morreu eu tinha dois anos, deixou minha mãe viúva com cinco filhos... A mais velha com cinco anos, a mais nova com um mês. [...] Minha patroa levantava para cortar o pedacinho de pão que eu podia comer... Queria comer mais pão, não podia, entendeu? (Zilda)

O texto sempre emerge de um contexto (Boje, Alvarez & Schooling, 2001) e o fragmento 7 está ligado às mudanças ocorridas no modo de vida das pessoas do grupo. A comunidade já não apresentava meios para se sustentar, de modo que o trabalho doméstico foi uma alternativa para diversas pessoas, sobretudo entre as mulheres ainda na infância. As memórias evidenciam que havia divisão sexual de trabalho ainda durante a agricultura de subsistência, sendo as mulheres encarregadas das atividades domésticas e, os homens, da lavoura:

[8] Eu nem sei nada de lavoura, eu nunca trabalhei aqui não. As filhas não trabalharam... As filhas, as minhas tias, ajudavam a vovó nos afazeres, é varrer quintal, é porque naquela época, as filhas moravam... Tia Carmem, tia Dalva, tia Creuza. Ninguém deixou as filhas aqui [risos]. Quando elas eram solteiras elas ajudavam vovó nos afazeres. (Francisca)



A divisão de trabalho exposta anteriormente possui ligação com a lógica sexual binária, baseada na diferenciação entre dois sexos que seriam determinados biologicamente. Wodak (1997) afirma que embora essa noção seja denunciada pelo movimento feminista, constitui um discurso que tem sido produzido e reproduzido em novas formas sutis, e que continua naturalizar diferenças biológicas em detrimento de aspectos identitários. No fragmento 8, é possível perceber a interdiscursividade entre trabalho e gênero. Os elementos presentes configuram uma lógica responsável pela seleção de textos e intertextualidades em diferentes contextos e, por meio da polifonia, polissemia e *performance*, persuadem¹ (Boje, Alvarez & Schooling, 2001). A descrição do trabalho feminino na comunidade remete à existência de um discurso com elementos que extrapolam o texto, o que demanda uma abordagem interdisciplinar (Wodak, 2001b).

Embora Francisca fale de um passado distante, ao dizer que “eu nem sei nada de lavoura, eu nunca trabalhei aqui não”, ela evidencia que o trabalho desempenhado por ela e pelas demais mulheres não era e continua a ser vistos como não trabalho. Discursivamente, a negação de Francisca representa um reforço do discurso da sexualidade binária (Wodak, 1997). Se por um lado essa concepção prega as diferenças no nível biológico, por outro ela as hierarquiza e, com isso, oprime. De acordo com Wodak (1997), a diferença e a hierarquia associadas à noção de feminino e masculino pode ser considerada uma ideologia. A autora defende que, no contexto da Análise Crítica do Discurso (ACD), as ideologias são importantes marcadores do estabelecimento e manutenção de relações de poder desiguais. Reconhecer as ideologias, portanto, é uma forma de desnaturalizar processos com potencial de oprimir determinados grupos sociais. O valor da ACD é evidente ao tratar de histórias e memórias de minorias porque, de acordo com Pollak (1989) a memória está embasada em múltiplas referências que possuem *status* quase institucional, naturalizado pelas pessoas. Elas podem, ao longo da vida, reconhecer essas memórias, como também podem reconstruí-las (Halbwhachs, 2006) ou resignificá-las (Ricoeur, 2007), e é nesse ponto que a ACD pode ser um mecanismo de mudança social.

Com a transição no modo de vida, a geração das entrevistadas foi introduzida no mundo do trabalho ainda na infância. No fragmento 9, a memória de Zilda pinta um cenário muito verossímil.

[9] Levantava muito cedo, acendia o fogão de lenha, arrumava a marmitta para sair a tempo, pois a caminhada era longa. A sirene da fábrica apitava e o relógio de ponto não esperava. O barulho da fábrica de calçados era enorme. Não se ouvia as vozes. Muitas máquinas, todas com barulho diferente. Acrescentando com a batida do martelo dos sapateiros que davam forma no sapato. Minha sessão era do acabamento, onde a gente prepara o sapato para ir à loja. Ai a mistura do cheiro das tintas, mais o pó de sapato de camurça, a poeira da sola lixadas na máquina, vinham da sessão anterior a nossa, era bem pertinho. Me fez ficar doente dos pulmões. Foi à custa de muita penicilina [...] Que pude voltar à fábrica novamente. (Zilda)

O fragmento 9 é um texto escrito em 1982 por Zilda e refere-se ao trabalho que desempenhou durante a vida adulta. Ela possui manuscritos com textos, poemas e fotos de momentos que a marcaram e durante a entrevista ela leu diversos trechos. A precariedade no trabalho assalariado a que ela se submeteu ainda na infância também é percebida na vida adulta, chegando a adoecê-la. Na comunidade, atualmente há pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, músicos e profissionais com nível superior. O contexto comunitário passou por intensa transformação e o trabalho infantil foi uma das formas para obter recursos para suprir as necessidades das famílias que lá viviam. A necessidade de ajudar economicamente em casa interrompeu os estudos e superou os maus tratos sofridos no trabalho. O fragmento 9 sugere que a inserção



profissional de alguns dos quilombolas no mercado de trabalho ocorreu em um sistema que os oprimiu. A dinâmica da vida urbana, além de tornar impossível o modo de vida rural baseado na subsistência, a falta de opções e a pobreza para a qual a comunidade foi empurrada significou a imposição do trabalho infantil e precário a diversas pessoas da comunidade.

Considerações finais

As histórias de subsistência e trabalho construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da Comunidade Luizes representam uma história linear, já que as narrativas refletiram um tempo que é circular, expresso na mobilização das memórias que ocorre por questões provocadas a partir do presente. Outro ponto interessante é o de que essas narrativas não guardam compromisso com a coerência, pois uma das características dos discursos é justamente a possibilidade da ambiguidade e da contradição. Ademais, o esforço em compreender as várias nuances relacionadas à comunidade, ainda que parcialmente, possibilita compreender aspectos diversos que remetem a um mesmo grupo social, evidenciando sua complexidade e dinâmica. Zilda e Francisca enunciam aspectos de suas memórias, algumas que pessoais, enquanto que outras se referem à coletividade.

As memórias são uma possibilidade para que grupos marginalizados possam contar sua versão da história, algo fundamental em um contexto de apagamento de qualquer visão não comprometida com o neoliberalismo, o que é perceptível mais claramente nas cidades. Há diversas histórias possíveis dos eventos e do passado, mas alguns grupos sociais são considerados legitimados para realizar essa construção, ao passo que a outros é negada a possibilidade de história. Já que a história também é um discurso e se liga às dimensões do poder, controle e dominação, as versões históricas competem entre si, o que terminou por privilegiar certos eventos, enfoques e explicações. Ao poderem narrar suas memórias, essas duas mulheres concretizam como grupos podem trazer à tona aspectos ainda não explorados, visibilizando suas histórias e, conseqüentemente, suas existências.

A urbanização crescente constituiu um desafio complexo para a Comunidade Quilombola Luizes tanto em relação à subsistência quanto em relação ao trabalho ao ter estabelecido um contraste radical entre o modo de vida rural da comunidade, no qual a terra tinha um papel central na existência, e o modo de vida urbano. Sob a égide do progresso, um córrego foi canalizado, uma rede comercial foi criada, um bairro foi construído, correndo uma forma de existir alheia à cidade e sua dinâmica. Abandonar a terra foi necessário para se encaixar em uma cidade que ameaça a todo instante engolir a comunidade quilombola. As histórias de subsistência revelam atualmente a comercialização da terra, seja vendendo partes da área, seja alugando imóveis. Quanto às histórias de trabalho, enquanto os mais velhos foram empurrados para o trabalho doméstico infantil e precarização, os mais jovens puderam atuar em diversas áreas, mostrando uma adequação ao mercado da cidade que rodeia a comunidade quilombola.

Em conjunto, os fragmentos selecionados revelam memórias de uma história marginal, e constantemente confrontada com o imperativo do progresso urbano. A mesma urbanidade de determinou o fim do modo de vida rural da comunidade quilombola estudada se propõe a “resgatar o homem do campo do atraso secular e inculcar-lhe os valores impulsionadores de uma nova ordem, mais veloz, mais integrada, e, sobretudo, mais moderna” (Saraiva & Machado, 2007, p. 11). Nessa visão, cabe apenas uma versão, a do futuro, em nome do qual o presente é moldado e o passado, reescrito. São apagadas versões desse passado, bem como existências alternativas, porque “pouco contribuem” para o futuro coletivo – ainda que pouco se discuta que futuro é esse e a que coletividade ele se refere. Negros, pobres, moradores de periferia, quilombolas, trabalhadores precarizados, praticantes de religiões afro-brasileiras, pessoas LGBT, entre outros, são alvo de um projeto de higienização urbana que procura



submeter a heterogeneidade das suas existências à homogeneidade da cidade global. Em nome de um projeto de urbano, do qual participam apenas como coadjuvantes, suas existências devem ser domesticadas para o “bem da cidade”.

Apesar da assepsia dos planos diretores das cidades globais, uma cidade não é constituída por logradouros, prédios e monumentos: “ela é, de fato, o seu povo” (Saraiva & Carrieri, 2012, p. 574), o que faz da associação entre território e identidade (Saraiva, Carrieri & Soares, 2014), uma constante. Se um grupo social é constituído a partir da ideia de resistência, e se ele é cotidianamente solapado em virtude de pressões para que se encaixe em um esquema urbano ao qual é obrigado a se adaptar, não seria o caso de subverter as estratégias de sobrevivência (Carrieri *et al.*, 2010), recusando-se a ocupar o lugar destinado aos “periféricos”? O caminho é esse. E o primeiro passo é recuperar as memórias, garantindo que não sejam apagadas pelo rolo compressor da historiografia oficial.

Referências

- Boje, D. M., Alvarez, R. C., & Schooling, B. (2001). Reclaiming story in organization: narratologies and action sciences. In R. Westwood & S. Linstead (Ed.). *The language of organization* (pp. 132-175). London: Sage.
- Bosi, E. (2016). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (19a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Carrieri, A. P., Saraiva, L. A. S., Lima, G. C. O., & Maranhão, C. M. S. A. (2010). Estratégias subversivas de sobrevivência na “Feira Hippie” de Belo Horizonte. *Gestão.org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 6(2), 174-192.
- Fairclough, N. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d’Água*, 25(2), 307-329.
- Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). *Critical discourse analysis*. London: Sage.
- Fiabani, A. (2008). *Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]*. Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.
- Freitas, D. (1984). *Palmares: a guerra dos escravos* (5a ed.). Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Gomes, F. S. (2015). *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Misoczky, M. C. (2010). Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In M. C. Misoczky, R. K. Flores, & J. Moraes. *Organização e práxis libertadora* (pp. 13-56). Porto Alegre: Dacasa.
- Motta, R. (1980). Palmares e o comunitarismo negro no Brasil. *Ciência & Trópico*, 8(2), 215-229.
- Moura, C. (1987). *Quilombos: resistência ao escravismo* (3a ed.). São Paulo: Ática.



- Poupart, J., Deslauriers, P., Groulx, L., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. P. (2012). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Reis, J. J. (2007). Ameaça negra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 27, 18-23.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp.
- Sahasranaman, A. & Jensen, H. J. (2018). Ethnicity and wealth: the dynamics of dual segregation. *PLoS ONE*, 13(10), 1-22.
- Saraiva, L. A. S. (2007). Métodos narrativos de pesquisa: uma aproximação. *Gestão.org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 5(2), 118-134.
- Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.
- Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., & Soares, A. S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.
- Saraiva, L. A. S. & Machado, A. M. A. (2007). Bipolaridade simbólica no Museu Histórico Abílio Barreto. *Cadernos EBAPE.BR*, 5(2), 1-14.
- Schmidt, J. P. & Araujo, N. C. (2012). Comunidade e comunitarismo na constituição federal e na legislação brasileira. *Novos Estudos Jurídicos*, 17(3), 327-344.
- Silva, E. J. F., Henrique, R. C., & Oliveira, T. Z. G. (2017). Sociabilidade e territorialidade quilombola no contexto urbano: do mito à realidade. *Anais dos Seminários em Administração FEA/USP*, São Paulo, SP, Brasil. XX.
- Sommer, M. F. (2005). *Territorialidade negra urbana a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Thompson, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- UN (Population Division). (2017). *World population prospects: the 2017 revision, key findings and advance tables*. Recuperado em 15 fevereiro, 2019 de: https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf.
- Wodak, R. (2001a). The discourse-historical approach. In R. Wodak, R. & M. Meyer (Ed.). *Methods of critical discourse analysis* (pp. 63-94). London: Sage.
- Wodak, R. (2001b). What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In R. Wodak, R. & M. Meyer (Ed.). *Methods of critical discourse analysis* (pp. 1-13). London: Sage.

Notas

¹ A polifonia representa a multiplicidade de vozes que enunciam um texto, enquanto a polissemia está ligada aos vários sentidos que um termo pode assumir. Já ações e comportamentos influenciados por determinado discurso são associados à *performance* (Boje, Alvarez & Schooling, 2001).